



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

**Ata da Audiência Pública sobre EIA/RIMA do empreendimento "Obras de Implantação do Sistema de Processamento e Aproveitamento de Resíduos e Unidades de Recuperação de Energia SPAR – URE SBC", de responsabilidade da SBC Valorização de Resíduos S/A., realizada no dia 02 de setembro de 2014, às 17 horas, no Sindicato dos Metalúrgicos de Diadema, Avenida da Encarnação, 290 -Diadema/SP.**

Realizou-se, no dia 02 de setembro de 2014, às 17h00, no Sindicato dos Metalúrgicos de Diadema, na Avenida da Encarnação, 290, Diadema, a Audiência Pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento “Obras de Implantação do Sistema de Processamento e Aproveitamento de Resíduos e Unidades de Recuperação de Energia SPAR – URE SBC” (Proc. 230/2010), de responsabilidade da SBC Valorização de Resíduos S/A. Dando início aos trabalhos, o Secretário-Executivo Germano Seara Filho declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Rubens Naman Rizek Júnior, saudava e dava boas-vindas aos representantes do Poder Executivo – na pessoa do Excelentíssimo Senhor Tarcísio Sécoli, Secretário de Serviços Urbanos do Município de São Bernardo do Campo; Fábio Mariano, Diretor da Agência Reguladora de Saneamento do Município de São Bernardo do Campo; e João Ricardo Caetano, Secretário de Meio Ambiente do Município de São Bernardo do Campo –, aos representantes do Poder Legislativo – nas pessoas dos Excelentíssimos Senhores Vereadores do Município de São Bernardo do Campo, Paulo Dias Neves, José Ferreira e José Clóvis da Silva; e, por último, na pessoa da Ilustríssima Senhora Rozane Sena, Vice-Presidente do Partido dos Trabalhadores do Estado de São Paulo –, dos órgãos públicos, das organizações não-governamentais e das entidades ambientalistas, enfim a todos que compareceram a essa audiência pública. Declarou ainda que a audiência pública, como indica o próprio nome, é um evento aberto a qualquer interessado, dado que se pretende sempre democrático, e em cujo desenrolar determinada proposta ou projeto é apresentado a todos para que opinem, formulem indagações, ofereçam contribuições, sugestões e críticas e tudo o que possa contribuir para a melhoria dos estudos, projetos ou propostas apresentadas. Esclareceu também que seu papel nas audiências é completamente isento, e sua função, tão somente conduzir os trabalhos de forma totalmente neutra para garantir que aqueles que tenham algo a dizer possam fazê-lo de forma democrática e organizada. Expôs resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação CONSEMA NORMATIVA 01/2011 para a condução das audiências públicas e declarou que o CONSEMA previu que elas se desdobrem em três momentos ou partes. Esclareceu que na primeira parte tem lugar a apresentação, pelo empreendedor ou seu representante, do projeto ou proposta, e, em seguida, uma exposição detalhada dos estudos ambientais elaborados sobre eles. Explicou que, imediatamente após, fariam uso da palavra os que representam as organizações da sociedade civil, com direito cada um deles a até cinco minutos, seguidos por cidadãos que representam o Poder Executivo, e, em seguida, pelos que representam o Poder Legislativo. Convidou para fazerem parte da Mesa Diretora dos Trabalhos os representantes do CONSEMA que compareceram à audiência, que são os conselheiros Pierre Ribeiro de Siqueira e Dimitri Auad. Passou-se à etapa em que o representante do empreendedor, Eng<sup>o</sup> Diego Nicoletti, Diretor-Executivo da SBC Valorização de Resíduos S/A, apresentou o projeto, e o Eng<sup>o</sup> Civil Clóvis Benvenuto, Diretor-Técnico da empresa Geotecnia Ambiental Consultoria e Projetos, por sua vez, os estudos ambientais. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes da sociedade civil. Artur Paes Aramão, Diretor da Associação dos Metalúrgicos Aposentados do ABC, observou ter sido feita menção a uma unidade de medida sobre a qual nunca ouvira falar. Acrescentou que se trata de uma realidade legal que permeou a construção do processo que se analisa e que foi construída junto com a sociedade de São Bernardo do Campo. Informou ter participado de duas gestões no conselho e que, portanto, poderia afirmar com tranquilidade ter sido esse assunto amplamente debatido em decorrência da relação direta que possui com a Legislação Específica da Represa Billings, com a destinação, pelos municípios, dos resíduos sólidos, e com a negligência com que a sociedade humana

Página 1 de 9



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

vem e continua tratando essa questão. Pontuou que São Bernardo do Campo acabou conseguindo tratar o lixo de forma eficiente, com base nos dados recolhidos através da consulta e da coleta de opinião espalhadas por todo o município e das audiências públicas realizadas. Acrescentou que, seguramente, esses dados não se tornaram disponíveis em consequência da limitação excessiva do tempo, que impediu fossem eles mais bem apresentados, e ser este um dos motivos por que só agora algumas pessoas acompanham de perto e, pela primeira vez, tanto a apresentação do projeto propriamente dito como os argumentos sobre sua sustentação tecnológica, ou seja, qual o tipo de tecnologia a ser aplicado na usina quando se perder o controle. Ana Nice Martins de Carvalho, diretora dos Sindicatos dos Metalúrgicos do ABC, declarou que, com relação a esse empreendimento a sociedade reconhece que promoverá a melhoria da economia, aumentará cada vez mais o consumo – e, quando consumimos geralmente mais os produtos industrializados que desejamos sejam mais consumidos pelos nossos filhos. Enfatizou que, no entanto, esses produtos acabam gerando um índice maior de lixo para o município, que, por sua vez, deve conferir maior importância ao lixo que produz, adotando mecanismos para sua destinação. Nesmar Tolentino de Oliveira, representante da Associação de Moradia Digna – Vila São Pedro – São Bernardo do Campo, comentou que o processo em discussão dizia respeito à qualidade de vida do Município de São Bernardo do Campo e ao sistema do lixo consumido. Relatou que acabara de participar de um congresso em João Pessoa, na Paraíba, oportunidade em que foi discutida a destinação do lixo gerado em São Bernardo do Campo, considerado uma ilha pequena que conta com aproximadamente 800 mil pessoas que não dispunham de local disponível, a ponto de o terreno destinado à edificação de moradias ser utilizado para essa finalidade. Luciana Barreira, representante da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, declarou que, além de professora da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, era mestre e doutora em compostagem, e, com muita honra, participara do processo de elaboração do Plano Municipal de Resíduos Sólidos do Município de São Bernardo do Campo, que se iniciou em 2009, após a aprovação da Legislação 1145, de 2007. Nesse mesmo ano, acrescentou, foi publicada a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que trouxe grandes desafios para os municípios. Argumentou que, quatro anos depois de publicada essa legislação, ainda se discutia o encerramento dos lixões, e que, com seu pioneirismo, o Município de São Bernardo do Campos tentava implantar sistema de tratamento de seus resíduos, tentando evitar sua disposição em aterro sanitário privado e localizado em outro município. Esse sistema, observou a representante da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, faz parte de outros programas, como o de reestruturação do sistema de limpeza urbana e a ampliação do programa de coleta seletiva que prevê trinta ecopontos e mais seiscentos postos de entrega voluntária de materiais recicláveis nas centrais de triagem semiautomatizadas com operação dos catadores. Concluiu sua intervenção com o argumento de que a Política Nacional de Resíduos Sólidos tem como objetivo desviar dos aterros sanitários os resíduos que ainda poderiam ser aproveitados. Dorinha, representante da Cooperpires – Cooperativa Ribeirão Pires, comentou que, durante a audiência, tudo parece bonito, mas que os catadores ainda duvidavam do processo de incineração. Referiu-se ao trabalho dos cooperados, que dizem não à incineração, porque têm medo de não mais poderem ganhar o pão de cada dia para os filhos. Referiu que, por essa razão, solicitava aos representantes do Poder Público que a ajudassem a lutar para que não se implementasse esse processo. Paulo Nelson do Rego, vinculado ao Instituto Educa Brasil, declarou que representava tanto a Comissão de Meio Ambiente como a de Logística e de Transporte, ambas vinculadas à Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, e pontuou as reflexões que fez acerca desse projeto, que têm como um dos objetivos explicitar os critérios que nortearam a escolha da área, a qual efetivamente possui parcela significativa de contaminação. Referiu-se à ação civil pública impetrada contra as Prefeituras dos Municípios de São Bernardo e de Diadema, para que ambos cumpram a exigência de remediar a área com a implantação de empreendimento que possa realmente oferecer ganhos ambientais. Por exemplo, observou que deveria ser aplaudida a implantação de um grande parque na região, uma vez que o Brasil efetivamente necessita de áreas

Página 2 de 9



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

efetivamente recuperadas. Outra medida realçada pela participante foi a elaboração de Plano Estadual de Resíduos Sólidos da qual os catadores participaram, direito este que deve ser contemplado no âmbito de uma ação integrada, em que todo mundo trabalha em busca do consenso. Comentou que a falta de informação e de conhecimento dá lugar ao surgimento de uma atitude hostil em relação ao projeto, que, por sua vez, agregará valores ambientais aos dois municípios. Declarou esperar que realmente a sociedade civil participe ativamente de todos os momentos de implantação do empreendimento e passou a oferecer explicações contidas no plano sobre o processo de triagem e de reciclagem, ou seja, de transformação da matéria-prima por meio do processo industrial, que, nesse caso, gerará *commodities*, que é energia. Referiu-se ao ganho que a logística da usina dará lugar, qual seja, a diminuição do número de viagens com a concentração de processos que minimizarão, e muito, os impactos atualmente causados pelo transporte do lixo. Francisca Maria Lima Araújo, representante da Cooperativa Reluz de São Bernardo do Campo, declarou que era catadora de material reciclável e que sua grande preocupação era com todos, ou seja, com o Planeta e com as gerações que estão por vir. Relatou que seu trabalho gerava renda e inclusão social, ou seja, dava consistência à sustentação da saúde humana, pois, como comprova a experiência, em lugares em que é feita a reciclagem há menor incidência de doenças. Pediu aos representantes dos Poderes Públicos e da sociedade civil que olhassem a realidade com muito carinho. Questionou também as garantias das quais o catador poderia lançar mão. Declarou que não tinha nenhum conhecimento sobre tecnologias, mas, sim, sobre o processo de inclusão social, e que há trinta anos estava esperando ajuda do Poder Público. João Batista de Oliveira, representante da Sociedade Amigos do Bairro Jardim Serra Azul, que funciona em São Bernardo do Campo, declarou que lhe dava satisfação residir há mais de vinte e quatro anos na região e que conheceu o lixão quando ainda estava a céu aberto e a degradação era real e presencial. Lembrou também que havia naquele momento uma preocupação real com a contaminação dos catadores e se antevia igualmente eventual casamento do meio ambiente com a população. Reiterou que a população da região do entorno do Lixão do Alvarenga possui grande expectativa no que concerne à erradicação da contaminação, até mesmo porque o processo de erradicação se fará acompanhar da implantação da infraestrutura necessária para a região. Parabenizou essa iniciativa que, acreditava, traria melhor qualidade de vida para a região. Armando Otaviano Junior, integrante do Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável, da Comissão Política do Estado de São Paulo e do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, questionou a Prefeitura do Município de São Paulo sobre a destinação dos recursos a serem obtidos. Teceu comentários acerca do sindicalismo brasileiro que, no final dos anos 70 e início dos anos 80, revolucionou a política brasileira; informou que o Aterro Sanitário Lara de Mauá não é fechado, mas controlado, e que coleta seletiva sem catador é lixo, e explicou não final que a garantia da coleta seletiva é a educação ambiental e que a Política Nacional de Resíduos Sólidos tem na redução, no reaproveitamento e na reciclagem o caminho correto para a destinação dos resíduos. Cleide Fiori, representante da CoopeCent do ABC, teceu elogios ao trabalho realizado, fazendo ressalva apenas à ausência dos dados fornecidos pela Constituição, principalmente aqueles contidos nos artigos que estabelecem os princípios da República Federativa do Brasil e concorrem para o aprofundamento da análise dos dados constantes dos gráficos, principalmente daqueles relacionados com as famílias e os indivíduos que se sustentam com a reciclagem. Quando aos lixões, observou que sua extinção depende do processo de conscientização da população de que ela deve separar o que é do que não é reutilizado. Fez referência aos dados que possuía a esse respeito, e às informações veiculadas de que a reengenharia da qual faz parte o processamento dos dados sobre lixões gerariam emprego e renda, o que efetivamente não aconteceu. Passou-se à etapa em que as pessoas se manifestam em seu próprio nome. Gustavo Lozano declarou ser proprietário da Lozoplast – empresa familiar criada em 1982 dentro do Lixão Alvarenga – e passou a oferecer informações sobre a quantidade de lixo que inicialmente dele era retirado – cerca de 1 mil trezentos e cinquenta quilos só de plástico – , situação esta que se modificou em curto espaço de tempo, a ponto

Página 3 de 9



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

de necessitar que se compre mensalmente cerca de 40 toneladas de plástico misto. Quanto à construção da usina, lamentou que ela tornasse necessária a retirada de imóvel que pertencera a seu pai e que fora construído em 1976, após o que solicitou encarecidamente se incrementasse a coleta seletiva e se olhasse com carinho as residências dos proprietários que se encontravam nesse evento. Elcires Pimenta Freire declarou que se sentia honrado em contribuir para o debate que se travava e que era importante não só para o Município de São Bernardo como para toda a região do ABC, principalmente para a RMSP, que abrigava 30 milhões de pessoas e há mais de 30 anos enfrentava problemas relacionados com o sistema de tratamento de resíduos sólidos. Declarou ter-se debruçado sobre questões relacionadas com esse projeto – e que dizem respeito precisamente à emissão de poluentes e à reciclagem – e outras que se vinculam à emissão dos poluentes orgânicos persistentes – um tipo de poluição emitida pela queima de determinados materiais e que possui relação com o Protocolo de Estocolmo do qual o Brasil é signatário. Ao finalizar comentou que cerca de novecentas usinas semelhantes a que ora se discutia funcionavam em países do Primeiro Mundo – entre outros Holanda e Suécia – os quais adotavam cautelas como as que se propõem sejam contempladas. Horizilda Marques Ferreira comentou ter-se noticiado que uma das compensações ambientais que a instalação da usina traria era a implantação de um parque, o que, inicialmente, gerou preocupação. Acrescentou que outra informação veiculada é que ela geraria emprego e criaria um local apropriado para os catadores executarem seu trabalho. Ao concluir admitiu ser impensável que a população de São Bernardo prescindisse desse tipo de usina. Maria Aparecida Barbosa observou que o projeto era bastante complexo e que uma rápida vista d'olhos fora suficiente para perceber que existem vazios, quais sejam, falta de informação sobre os catadores e a não inclusão de propostas. Assegurou que esses vazios, infelizmente, só serão discutidos em outra oportunidade. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes dos órgãos públicos. Fábio Mariano comentou ter sido o projeto estruturado de forma bastante sólida, respeitando o ponto de vista jurídico das legislações federais de saneamento e de resíduos sólidos e apresentando consistente plano municipal do qual conta a regulamentação da Parceria Público Privada, que monitora o controle com a contribuição dos movimentos sociais, inclusive do movimento dos catadores, que são um canal aberto para todos os movimentos sociais. Enfatizou a necessidade de serem cumpridas as diretrizes da CETESB e de esse projeto se tornar um sucesso também do ponto de vista da participação das pessoas e da sustentação ambiental. Ressaltou, mais uma vez, que esse projeto encontra respaldo na literatura jurídica e não possui nenhum problema no que tange ao controle da emissão de gases, que tal atividade possa ser monitorada, portanto, por três atores e almeje três objetivos diferentes. Passou-se à etapa em que se manifestam representantes do CONSEMA e de Conselhos Municipais do Meio Ambiente. Daniel Abrahão Tomande, representante do Conselho Municipal de São Bernardo do Campo, reconheceu a consistência da Política Nacional de Resíduos Sólidos e declarou ter o Município São Bernardo do Campo dado o pontapé inicial na busca de soluções ambientalmente viáveis no que tange ao destino final do lixo por ele gerado. Lembrou que os Governos de Lula e de Dilma aumentaram a capacidade de renda e de consumo dos trabalhadores e, conseqüentemente, sua capacidade de gerar maior quantidade de lixo. Explicou cada uma das etapas constituintes do processo de reciclagem, no qual é gasto muita energia e em cujo transcorrer é incinerado e transformado em energia elétrica e *commodities* para o município. Relatou que os maiores países do mundo, inclusive os da Europa, trabalham com materiais recicláveis e nem por isso estavam desempregados, pois possuíam casas próprias e ganhavam o suficiente para garantir sua subsistência. Lembrou também que cada município possuía trinta pontos de coleta, incluindo as cooperativas, e que todo ele funciona também como ponto de recepção de material reciclado e de execução da própria reciclagem. Relatou que se buscavam dados precisos, para não se ficar restrito a boatos, mas, sim, conhecer e incluir tudo que efetivamente é verdadeiro e funciona. Luís Rodolfo de Medeiros, representante do Conselho Municipal de Diadema, observou que o princípio da incineração, por si só, é ambientalmente inadequado, por retirar do meio ambiente, recursos que poderiam a ele retornar, mas que se

Página 4 de 9



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

transformam em cinzas, não podendo reintegrar-se à natureza. Esclareceu que esses recursos são, portanto, finitos, e que esse tipo de uso compromete o acesso e a sustentação das futuras gerações. Argumentou que existem estudos indicando que 1% dos POPs – Poluentes Orgânicos Persistentes – são cancerígenos, passam pelos filtros dos incineradores de lixo e, também, pelo filtro das membranas pulmonares, acumulando-se no corpo. Acrescentou que a pluma das chaminés atinge um raio com mais de três quilômetros de extensão e, a cada quatro toneladas de resíduos queimados por transformação química, são geradas toneladas de cinza como mercúrio, cádmio etc. Argumentou que essas cinzas necessitam de aterros específicos para resíduos perigosos, e que, segundo informação trazida pelo representante do COMDEMA na OAB, Doutor Virgílio, a Legislação Específica da Represa Billings veda que se transporte resíduos de fora para o interior da bacia, prescrição esta que está sendo ignorada. Argumentou, por último, que o Conselho Estadual de Meio Ambiente atropela o COMDEMA, uma vez que o empreendimento atinge o Município de Diadema e o nosso Colegiado deveria ter sido consultado em primeiro lugar. Informou que essa audiência é fruto do processo de evolução democrática pelo qual passou o Brasil, e que, nesse momento, se partilhava um momento ímpar, até mesmo nessa audiência, porque aquele que primeiro se manifesta é a sociedade civil, e esta é uma conquista dos homens e mulheres que, nas décadas de 60, 70 e 80, por ela lutaram muito. Parabenizou os catadores e as catadoras, por quem sentia muito respeito, ao colocar na pauta, ao longo dos últimos anos, o debate sobre a sustentação da reciclagem e, acima de tudo, sobre a valorização do trabalho. Saudou em último lugar e de modo especial o Presidente Lula, que recebeu os catadores, lhes deu guarida, ao inseri-los na pauta do Congresso Nacional. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Poder Legislativo. Paulo Dias Neves, Vereador do Município de São Bernardo do Campo, ofereceu breve relato sobre o debate que teve lugar em 2008 acerca dos recursos gastos – milhões e milhões – com a implantação de proposta em relação a qual se torna inadmissível, em uma cidade tão rica e avançada como São Bernardo, se continuar consumindo esse tamanho de recursos em um aterro, que, além de causar outros males, contaminaria as gerações futuras. Teve-se, então, a audácia de se propor algo novo, se promover um debate profundo com a sociedade, que resultou na elaboração de nova proposta, apesar das críticas e dos erros cometidos. Acrescentou que, com o apoio de Vereadores do Município de São Bernardo, foi pautado o debate em torno da constituição de Parceria Público-Privada cujo primeiro propósito é promover a remediação desse gigantesco aterro que penalizou milhares e milhares de pessoas ao longo dos anos, ao se impedir que se continuasse jogando um volume gigantesco de chorume na Represa Billings. Outra questão debatida, acrescentou, foram as moradias, tanto as existentes como as que seriam removidas. Reforçou que toda a região do Grande Alvarenga precisa receber um volume considerável de infraestrutura, como a duplicação da Estrada do Alvarenga, a construção de um parque que alcance essa região e a constituição de uma PPP que contemple não só o atendimento como a valorização e o fortalecimento da coleta seletiva. Por último, observou, que dê destinação correta aos resíduos e valorize os catadores e as catadoras. Enfatizou que da pauta da Câmara de Vereadores e da sociedade civil constavam a valorização desse trabalho de sustentação. Ao final, declarou que, como membro do movimento “Billings, Eu Te Quero Viva”, sofria muito ao ver a represa morrer a cada dia, entre outros motivos, pelo processo de assoreamento a que vem sendo submetida e que se vem intensificando com a remoção de suas águas para sustentação da metrópole. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Poder Legislativo. Vereador José Clóvis da Silva elogiou o debate e a oportunidade de participar desse espaço de discussão política, portanto, desse espaço democrático que vem sendo conquistado por milhares de trabalhadores e trabalhadoras do Brasil ao longo de décadas. Acrescentou que esses homens e mulheres lutaram pela democratização do país, ao lado de técnicos que começaram a pensar o que fazer com os resíduos, ao assumir a Administração do Município liderada pelo prefeito Luís Marinho. Naquele momento, acrescentou, antecipando-se a própria política nacional, começou-se a estudar o caso, e, com base em contrato elaborado pela Fundação FESP, começou-se a elaborar um estudo em busca de alternativas

Página 5 de 9



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

e soluções. Realçou o aspecto democrático das audiências, ao todo quatorze, e, nesse contexto, pediu aos moradores e às moradoras informações sobre as hipóteses do que se fazer com os resíduos sólidos. Referiu então ao Programa Municipal de Resíduos Sólidos, no qual este foi um dos pontos mais debatidos. Informou também que à época a cidade possuía apenas um ecoponto e que a meta atual é construir mais trinta. Essa realidade torna possível, acrescentou o manifestante, ao proprietário executar a reforminha de seu banheiro e, em vez de jogar os azulejos quebrados nas margens do córrego, os encaminhar para esses ecopontos. Fez referências à coleta seletiva voluntária, feita porta a porta, e que, ao final, deposita os resíduos em um dos seiscentos pontos existentes. Acrescentou que essa coleta alcança sessenta por cento da cidade, mas sua meta é alcançar a totalidade, ou seja, cem por cento. Acrescentou que tanto as conferências como as audiências públicas difundem uma visão de controle social, que é debatida pela população, com vistas a se promover uma intervenção democrática no processo. Assegurou que o Município de São Bernardo do Campo possui essa visão democrática também em seu orçamento, cuja formulação conta com a participação da população. Portanto, observou, o processo participativo constitui uma marca e uma meta da cidade e uma forma de controle social. Lembrou que a Parceria Público-Privada estabelecida conta com algo que julgava ser uma das coisas mais importantes, que é o controle da qualidade, pela população, do serviço oferecido. É a população que avalia se o serviço está ou não adequado, ou seja, é que executa o controle de sua qualidade. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Poder Executivo. Tarcísio Sécoli, Secretário de Serviços Urbanos do Município de São Bernardo, em primeiro lugar agradeceu ao Sindicato dos Metalúrgicos por ceder-lhe seu tempo para manifestação. Lembrou-se de que todo o trabalho inicialmente realizado, durante os anos 2009 e 2010, não se tinha por objetivo construir somente uma usina de incineração com aproveitamento energético, mas também, implantar um programa integrado que englobasse vários aspectos desde a coleta do lixo até varrição, carpina, limpeza de boca-de-lobo, poda de árvores, roçagem do terreno, coleta e recuperação do material do lixo. Observou que a adoção desses procedimentos não se trata de modismo mas sim, do convencimento de que o mundo caminha em direção ao diálogo, numa atitude respeitosa para com todos, o que inclui a implementação de mudanças que preparem a cidade para o futuro e para o que mais interessa à população, qual seja, o entendimento e a compreensão necessários para se proceder mudanças. Relatou o trabalho que vem sendo feito em vários pontos do município, entre outros aquele através do qual as crianças nos transmitem noções de informática, atividades esta que se faz acompanhar da promoção da educação ambiental. Lembrou que a sociedade do futuro será construída com as crianças e fez referências ao início dos trabalhos relacionados com a coleta seletiva, feita porta a porta, quando se recolhia, mensalmente, em uma única cidade, cerca de 180 toneladas de material reciclável, o qual era encaminhado para duas cooperativas. Questionou a informação oferecida de que não existe trabalho para os catadores e lembrou que, se por um lado, nem todo material é reciclável, por outro existe aquele que foi contaminado. Ao final convidou todos a continuar trabalhando com os catadores cooperados. Passou-se à etapa das réplicas. Diogo Nicoletti, representante do empreendedor, depois de agradecer a civilidade que imperou nessa audiência, ofereceu as informações solicitadas sobre os sensores de monitoramento *on line* das emissões, ao todo, oito, e ofereceu dados sobre os serviços pagos pela Parceria Público-Privada - PPP firmada, que são justamente aqueles relacionados com separação através da modernização e construção de novas usinas de triagem. Referiu-se à interação entre o funcionamento da usina e a construção de aterros, pois estes últimos, como se tem evidenciado, sempre serão necessários, e deverão continuar recebendo os rejeitos dos processos de tratamento. Enfatizou que a novidade que o projeto propõe diz respeito à redução da dependência dos aterros sanitários, dado que se trata de atividades complementares que se aplicam de acordo com a condição específica de cada região. Em relação à falta de trabalho, argumentou, acreditava que ela não iria ocorrer uma vez que não faltarão resíduos. Outro ponto importante, observou, é o fato de esse projeto representar uma grande preocupação para os catadores que fazem parte do Movimento Nacional dos



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

Catadores, que almejam que ele se configure como o embrião de projetos que se constituem de diferentes formas, como, por exemplo, as usinas de incineração que se limitam a queimar os resíduos. Posicionou-se contrariamente à atitude de coletar o resíduo bruto e simplesmente incinerá-los. Relatou não acreditar que a incineração seja a solução para a grande massa de resíduos geradas no Brasil. Ponderou que a dimensão continental do país com muitas regiões de baixa densidade demográfica favorece a instalação de aterros sanitários. Sendo assim, considera que os aterros ainda ocuparão, por muito tempo, papel importante na destinação final dos resíduos sólidos, desde que aliados a instrumentos de educação ambiental e a reciclagem. Tranquilizou a representante da Cooperativa Reluz, Francisca Maria Lima Araújo, afirmando que volumes cada vez maiores de resíduos serão destinados às cooperativas de reciclagem tendo em vista, a tendência crescente do padrão de consumo da população. Além disso, salientou que o compromisso do Município de São Bernardo com as cooperativas é garantido por meio de um contrato de Parceria Público Privado, e não por acordo verbal. Explicou que a escassez hídrica observada nos reservatórios acabou por impactar negativamente a oferta de energia das hidrelétricas, sendo assim, o projeto contribui de forma positiva para o incremento da matriz energética nacional. Esclareceu que, conforme previsto no PPP, toda renda da reciclagem do material será totalmente revertida para os cooperados e os custos da atividade serão arcados, totalmente, pela concessionária, SBC Valorização de Recursos S/A. Após agradecer a participação do representante da Sociedade Amigos de Bairro Jardim Serra Azul, João Batista de Oliveira lembrou que o projeto de remediação do Alvarenga, apesar de não ser objeto de audiência pública, ocorrerá antes da implementação da SPAR URE, trazendo um benefício imediato para qualidade ambiental da Represa Billings, visto que o encaminhamento de chorume para esse reservatório, será interrompido. Apontou como ambientalmente benéficas as medidas de infraestrutura a serem executadas, tais como, a contenção dos gases que hoje são lançados na atmosfera sem tratamento, o confinamento geotécnico e estabilização do terreno que oferecem risco à população do entorno. Disse estar alinhado a expectativa do representante do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, Armando Octaviano Jr. para que se priorize a redução da geração de resíduos a partir da promoção da universalização das campanhas de educação ambiental no município, uma vez que essa ação faz parte do PPP. Esclareceu que não existe nenhum projeto de crédito do carbono do metano evitado a partir da reciclagem. Afirmou que tal projeto deverá ser desenvolvido pelos catadores, caso haja interesse. Lembrou que o objetivo do projeto original não é gerar energia a partir da queima de matéria orgânica de valor comercial para a cooperativa, mas sim, de resíduos contaminados com poder calorífico de sete e meio MJ/kg. Relatou que na China algumas plantas queimam resíduos com poder calorífico de cinco MJ/Kg, inferior ao que está sendo proposto e que o risco tecnológico é arcado pela empresa proponente, da mesma forma que será feito no Brasil. Informou que as metas de reciclagem do projeto atenderão aquelas previstas na política de resíduos sólidos, mas reconheceu que falta mão de obra para compor o quadro de trabalhadores das cooperativas. Por essa razão, outros profissionais além de catadores deverão compor o quadro funcional das cooperativas, e citou como exemplo, o caso de Cleide Fiori, da Coopcent do ABC, que retrata a realidade do município de São Bernardo do Campo. Destacou o elevado número de postos de trabalhos que serão criados com a implantação da nova usina sendo, noventa para catadores e outros duzentos e sessenta diretos e indiretos, dentre os quais oitenta serão destinados a operação da SPAR URE, ao longo de mais de trinta anos. Esclareceu que a resposta ao questionamento feito por Maria Aparecida Barbosa foi disponibilizada ao público por trinta dias para consulta, tendo sido divulgado em jornais, rádio e no site da SPAR URE. Informou que toda a documentação sobre o empreendimento encontra-se disponível no endereço [www.sbcvr.com.br/energia](http://www.sbcvr.com.br/energia). Em resposta ao presidente do CONDEMA de Diadema, informou que é possível reaproveitar as cinzas geradas a partir da incineração, assim como ocorre em alguns projetos na Europa, mas que não se pretende realizar tal aproveitamento, no presente caso. Demonstrou a distinção entre cinzas e escórias, sendo essas últimas resultantes do que não é queimado na grelha,

Página 7 de 9



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

ou seja, concreto, vidro, ferro e rejeitos, estes sim passíveis de serem reaproveitados para sub-base para asfalto. Informou que as cinzas geradas a partir da queima de 842 toneladas de resíduos/dia representam, aproximadamente, vinte e duas toneladas que serão destinadas para aterros industriais, classe I. Informou que a sugestão quanto à destinação de percentual da receita gerada para a represa Billings será decidida pela Câmara de Compensação Ambiental do Estado de São Paulo. Clóvis Benvenuto, representante da Geotecnia Ambiental Consultoria e Projetos, ressaltou a importância de se obter soluções para resíduos sólidos que integrem a reciclagem, tratamento térmico, aterros, além dos sistemas de compostagem. Afirmou que ninguém gosta de trabalhar com lixo, conforme ilustra o filme “Lixo Extraordinário” de Vick Muniz. Além disso, a maior parte da mão de obra, que poderia ser destinada a esse trabalho é absorvida pela construção civil. Versou sobre a grande expectativa dos catadores de que novas tecnologias surjam para melhorar os processos mecânicos de reciclagem, para que possam melhorar suas condições de trabalho e de condição de vida, porque almejam se transformar em empresários bem sucedidos. Em resposta ao presidente do CONDEMA, afirmou que o tratamento térmico, passa por um avanço tecnológico expressivo e representa, hoje, uma alternativa viável, para promover a recuperação de energia. Relatou que o modelo de dispersão de emissões utilizado é mundialmente consagrado e levam em conta a influência dessa atividade na saúde humana. Destacou que o local de implantação do empreendimento está em conformidade com o estabelecido na Lei da Billings e que esta legislação foi considerada pela CETESB, por ocasião do licenciamento ambiental. Pierre Ribeiro de Siqueira, representante do CONSEMA na audiência e morador de São Bernardo do Campo, dissertou sobre as razões que o levou a defender a implantação do empreendimento dentre elas: a constatação do aumento crescente de volume de resíduos gerados devido a melhoria do padrão de consumo dos brasileiros e conseqüente necessidade de se prover a destinação adequada dos resíduos e a adequação da tecnologia aos princípios e diretrizes das Lei 12.205/10 e da Resolução CONAMA 79/2009. Destacou também o fato consagrado de que as cidades com densidades populacionais superiores a 500 mil habitantes possuem incineradores. Lamentou o fato de que no Brasil apenas 10% total do lixo produzido é reciclado, ao passo que na Alemanha esta porcentagem é de 67%. Relatou a proposta mal sucedida da ABES, ao tentar extinguir a atividade de catador de lixo, em 2000. Tal tentativa não foi levada adiante por ser considerada elitista por parte dos catadores. Dimitri Auad, representante do CONSEMA na audiência, dissertou sobre as diferentes naturezas dos problemas dos residentes no Alvarenga e de Diadema. Lamentou a pequena participação dos afetados pelo incinerador, uma vez que as cinzas, ou melhor, o material particulado que não for contido pela chaminé, afetará principalmente essa população, pois quem se localiza em um raio de 3 km estará sujeito a respirar dioxinas e furanos. Referiu-se ao elevado grau de insalubridade do trabalho dos catadores e profissionais que cuidam da manutenção da rede de esgoto, dos fornos das siderúrgicas e de outras atividades. Acerca dos padrões internacionais, lembrou que, no mundo desenvolvido, Europa, por exemplo, no que tange aos padrões de emissões de dioxinas e furanos, já existem oito diretivas e recomendações formuladas pela comissão europeia, para redução dos níveis de emissão destes compostos. Relatou que muitas associações, lideradas por refratários à incineração, demonstram a incerteza científica quanto a segurança da nova, ou moderna, tecnologia de incineração. Acrescentou que, em face dos números apresentados, lançou questionamento sobre se de fato, haverá falta de material para incineração se a população de São Bernardo adotar o modo de vida de Stuttgart, com redução da geração de resíduos, obrigando a comprar lixo de outros países, para gerar energia. Informou que, atualmente, no Brasil encontra-se em funcionamento um consórcio, no Rio Grande do Sul, chamado CIGRES, que em 2010, reciclava 71% dos seus resíduos úmidos e secos, e atualmente, 75%, dos secos, e somente 53% dos úmidos. Fez menção ao especialista Paulo Saldiva – Chefe do Laboratório de Poluição Atmosférica da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, Diretor do Laboratório Patológico do Instituto do Coração – INCOR, membro do Comitê de Qualidade do Ar da Organização Mundial de Saúde – OMS e do Comitê Científico da Escola de Harvard, que entende



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

que o incinerador causa problemas, principalmente no raio de 3 Km quilômetros. Questionou se tais informações foram consideradas nas análises e estudos de viabilidade do empreendimento. Alfredo Rocca, gerente do Departamento de Avaliação de Processos e Projetos, informou que todas as informações oferecidas foram registradas em ata que será encaminhada à CETESB, e que os interessados terão ainda cinco (5) dias, a partir da data dessa audiência, para encaminhar as contribuições que possam contribuir para o aperfeiçoamento do projeto. Informou também que, depois de elaborado, uma súmula do parecer técnico sobre o EIA/RIMA será enviado ao CONSEMA, que, se julgar necessário, avocará sua apreciação pelo Plenário, instância esta que examinará a viabilidade ou inviabilidade ambiental do empreendimento. Caso considere viável, concederá a licença prévia e remeterá o processo à CETESB, que dará continuação ao processo de licenciamento. Em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente, agradeceu a presença de todos, após o que declarou encerrados os trabalhos. Eu, Rosana Maria Henrique, bióloga alocada no Núcleo de Documentação e Consulta da Secretaria-Executiva do CONSEMA, lavrei e assino a presente ata.